
Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – I

JORGE DE ALARCÃO

R E S U M O Através de fontes literárias greco-latinas ou de inscrições, conhecem-se alguns topónimos da Lusitânia que não foi ainda possível localizar, como *Catraleucus*, *Turres Albae*, *Caepiana*, *Insula Antunane*, *Omnia*, *Supelegio*, *Lennium* ou *Balatoceum*. Dados arqueológicos e topónimos medievais e modernos são convocados para a identificação de tais sítios. Não se consideram definitivas as propostas de identificação apresentadas mas pretende-se relançar o interesse pelo problema.

A B S T R A C T Some place-names of the Roman province of Lusitania known from Greek or Latin literary sources or from Roman inscriptions have not yet been identified. *Catraleucus*, *Turres Albae*, *Caepiana*, *Insula Antunane*, *Omnia*, *Supelegio*, *Lennium* or *Balatoceum* are some of such place-names. Suggestions are presented here for the location of such sites using, in some cases, archaeological evidence or medieval and modern place-names. It is hoped that proposed locations will launch the discussion among linguists and archaeologists.

1. Nomes de lugares antigos do Baixo Sado (Fig. 1)

Nenhum manuscrito parece ter copiado correctamente o trecho de Estrabão, III, 3, 1-3, que tem sido diferentemente restituído e traduzido por vários editores. Damos a versão grega e tradução de Lasserre (1966):

Ἄπὸ δὲ τοῦ Ἱεροῦ πάλιν ἀκρωτηρίου τὴν ἀρχὴν λαμβάνουσιν ἐπὶ θάτερον μέρος τῆς παραλίας, το πρὸς τὸν Τάγον, κόλπος ἐστίν· ἔπειτα ἄκρα τὸ Βαρβάριον καὶ αἱ τοῦ Τάγου ἐμβολαὶ πλησίον, ἐφ' ἃς εὐθυπλοία στάδιοι (χίλιοι... στάδιοί) εἰσι δέκα· ἐνταῦθα δὲ καὶ ἀναχύσεις, ὧν μία ἐπὶ πλείους ἢ τετρακοσίους σταδίους ἀπὸ τοῦ λεχθέντος πύργου, καθ' ἣν ὑδρεύονται † εἶπον (...Σα)λάκεια.

“Reprenons maintenant au Promontoire Sacré. Le littoral qui en constitue l'autre versant, du côté du Tage, forme d'abord un golfe. Ensuite viennent le Cap Barbaricum et près de là les bouches du Tage, à une distance par eau, en droite ligne, de 1000 stades. Le cap est dominé par une

tour jusqu'à laquelle, de la côte, on compte 10 stades. On voit aussi à cet endroit des étiers. L'un d'eux pénètre dans les terres à plus de 400 stades à partir de la tour que nous avons dite; les navires s'y arrêtent pour le ravitaillement en eau potable. Au fond de cet étier se trouve Salacia."

É óbvio que Estrabão se refere a um *pyrgos* no cabo Barbárico (que deve identificar-se com o Espichel), embora seja reconstituição discutível de Lasserre a afirmação de que o *pyrgos* se encontrava a 10 estádios da costa. Lasserre admite a hipótese de a torre se achar no sítio do moderno farol do cabo Espichel (se bem que a distância de 10 estádios acertasse antes com uma posição mais próxima de Chã de Navegantes).

À tradução de *pyrgos* por "torre", adoptada por todos os editores da *Geografia* estraboniana, preferimos a de "farol". Se "torre" é tradução correcta de *pyrgos*, não é menos verdade que os faróis são ditos *pyrgoi* e que *Pharos* era apenas o famoso farol de Alexandria (Quet, 1984, p. 814, n. 77, com numerosas abonações). Também ao farol que assinalava a entrada no Guadalquivir (*TIR*, J-29, p. 48) chama Estrabão, III, 1, 9, Καπίωνος ἵδρυται πύργος.

No *Diccionario Geographico* do P.^o Luís Cardoso encontra-se a seguinte referência a achados romanos em Outão:

"... o Monte Ferosinho, que fica quasi sobranceiro ao convento dos Padres Arrabidos, de que logo fallaremos, no qual se tem descoberto em diversos tempos algumas ruinas, de que inferem alguns haver alli hum templo consagrado ao deus Apollo. Outro templo, dedicado a Neptuno, houve na vertente da mesma serra, onde hoje se vê a fortaleza de Outão; porque, resolvendo o Senhor Rey D. João IV, por concelho de Mathias de Albuquerque, Conde de Alegrete, se acrescentassem novas obras aquella fortaleza, abrindo-se os alicesses para os baluartes de terra, se acharão hum pedaço de huma estatua de marmore com alguns versos em louvor de Neptuno, huma estatua do mesmo Neptuno de metal entre as ruinas de um edificio, que mostrava ser templo da mesma divindade, entre as quais havia arquitraves, pedaços de colunas de marmore fino com suas bases, e algumas pedras com inscripçoens Latinas, em que se dava aquelle sítio o nome de Promontorio de Neptuno (?)" (Figueiredo, 1896, p. 163-164).

O edificio de Outão seria mesmo um templo? Ou um farol (Mantas, 1996a, p. 355-356)? O coroamento de um farol por uma estátua de Neptuno (ou a integração, em qualquer parte de um farol, de uma estátua dessa divindade) é perfeitamente possível (Quet, 1984, p. 808-810 e 799, fig. 4). A referência a arquitraves e colunas e, sobretudo, a várias inscrições latinas deixa-nos, porém, dúvidas sobre a natureza do edificio.

Apesar de a península da Arrábida ser uma zona muito prospectada, com numerosas estações arqueológicas identificadas, nenhuma destas corresponde, inequivocamente, a sítio que se possa interpretar como farol romano. A localização de um farol em Outão é mera hipótese e não podemos deixar de admitir a possibilidade de o farol ficar mesmo no cabo Espichel.

Diz também Estrabão que há, nesta área, esteiros (ou estuários) e que um deles penetra, terra adentro, numa distância superior a quatrocentos estádios (isto é, setenta e quatro quilómetros) a contar do dito farol ou torre. Parece não haver dúvidas de que se trata do estuário do Sado, navegável até *Salacia* (Alcácer do Sal). A distância do cabo Espichel a Alcácer do Sal é de cerca de sessenta e oito quilómetros. Outro esteiro seria o da ribeira de Marateca. A distância indicada por Estrabão reforça as nossas dúvidas sobre a localização do farol em Outão, pois deste lugar a *Salacia*, pelo rio, vão apenas cerca de quarenta e dois quilómetros.



Fig. 1 Carta Militar de Portugal. Serviço Cartográfico do Exército, Folha 5. Esc. 1: 250 000. Série M586, Edição 2, 1967.

As maiores incertezas quanto ao texto de Estrabão referem-se a uma frase que tem sido diversamente reconstituída e traduzida. O que se lê é: καθ’ ἣν ὕδρευνται εἰπων λάκεια. A frase não tem sentido.

C. Müller, na sua edição da *Geografia* de Estrabão, admitiu diversas reconstituições possíveis do texto (vid. Correa, 1982, p. 73-74), nenhuma das quais mereceu consenso. A reconstituição καθ’ ἣν ἴδρυνται Καλλείπων [καὶ Σα]λάκεια não pode deixar de ser ponderada. Mas presume a existência, no estuário do Sado, de uma cidade (ou lugar) *Kalleipon*. Diversos autores têm admitido a mesma hipótese, considerando que o nome do rio, *Callippo*, derivaria de um nome de cidade (Schulten, 1963, p. 69; Correa, 1982, p. 74).

H. L. Jones (1960) leu καθ’ ἣν ὑδρεύονται ἐπὶ Σαλάκειαν e traduziu “and along this estuary the country is watered as far as Salacia”.

F. Lasserre, não propondo, no texto grego, qualquer restituição, traduziu, como dissemos: “les navires s’y arrêtent pour le ravitaillement en eau potable. Au fond de cet étier se trouve Salacia.”

A restituição [Καλλ]είπων merece, repetimos, atenção. Mas o nome poderia ser, no tempo de Estrabão, um hidrónimo. Admitindo a hipótese de ter sido, na origem, um topónimo, poderia já não existir tal topónimo no séc. I a.C. ou no séc. I d.C. Estrabão teria então escrito que os navios faziam aguada no rio *Calleipon* e teria concretizado (ou exemplificado com) um ponto: *Salacia*.

Deve recordar-se que o nome *Cal(l)ipodos* para o Sado, registado por Ptolemeu, II, 5, 2 e Marciano, *Peripl.* 2, 13, pode representar uma “helenização” de nome indígena, como o etnónimo *Hel-leni* (Plínio, IV, 34, 112) reproduz (mal) um nome indígena *Eleni*, *Aeleni*, *Elaeni* ou *Elaenae*. Acresce que a restituição do hidrónimo como *Callipus* tem suscitado dúvidas (Correa, 1982, p. 74; Faria, 1989b, p. 73, 1992, p. 39).

Em alternativa, *εἶπον* poderia restituir-se como [Κ]εἶπον ou [Κ]εἶπ[ι]ον e representar um nome de lugar. Este hipotético nome indígena que, em caracteres latinos, se representaria por *Caepum* ou *Caepium*, estaria na origem do topónimo *Caepiana*, registado por Ptolemeu, II, 5, 5. Adiante voltaremos a este assunto.

Para a corografia do Baixo Sado são também importantes o *Itinerário de Antonino* e a *Geografia* de Ptolemeu.

A estrada de *Olisipo* a *Ebora* tinha, até *Salacia*, as seguintes paragens, segundo o *Itinerário de Antonino*:

<i>Equabona</i>	MP	XII
<i>Caetobriga</i>		XII
<i>Caeciliana</i>		VIII
<i>Malateca</i>		XXVI
<i>Salacia</i>		XII

Ainda que não haja indiscutíveis provas da identificação de *Equabona* com a vila de Coina, parece credível localizar aqui (ou nas imediações) aquela estação do *Itinerário* (Ferreira, 1959, p. 175-176; Alarcão, 1988, estação 5/287).

As dúvidas que durante muito tempo subsistiram quanto à identificação de *Caetobriga* parecem resolvidas: os achados romanos (e pré-romanos) de Setúbal são hoje suficientemente abundantes e significativos para podermos identificar *Caetobriga* com Setúbal (Silva e Soares, 1986, p. 178-194; Soares, 2000).

Caeciliana seria *mansio* ou *mutatio* a meia distância entre Setúbal e a actual povoação de Marateca, mas não há vestígios arqueológicos reconhecidos que nos permitam propor uma localização mais precisa. A *mansio* ou *mutatio* poderia ficar nalguma *villa* de uma família *Caecilia*, embora este gentílico não seja conhecido na área de Setúbal ou Alcácer do Sal. Também não se deve excluir a hipótese de o nome derivar de algum acampamento de Quinto Cecílio Metelo Pio, do tempo das guerras contra Sertório, acampamento em cujo lugar, uma vez desocupado, se teria instalado pequeno aglomerado urbano que teria mantido o nome original (Tovar, 1976, p. 216).

A localização de *Malateca* suscita muitas dúvidas. Se, por um lado, temos a ribeira de Marateca e a vila de Marateca (cujos nomes conservam o de *Malateca*), e se os vestígios romanos parecem abundantes ao longo da ribeira, desde Landeira a Cabrela (Saa, 1963, p. 25), a distância indicada pelo *Itinerário de Antonino*, isto é, XXVI milhas, se projectada ao longo da ribeira, leva-nos a um ponto muito a montante. Não só não se compreenderia tal desvio como, de tal ponto, a distância a *Salacia* seria necessariamente muito superior a XII milhas. É, aliás, este último argumento que devemos ponderar — pois uma estrada ao longo da ribeira de Marateca (com um destino que não pretendemos aqui averiguar) não se nos afigura, à partida, inviável.

A herdade do Pinheiro parece ter sido anteriormente chamada de Marateca (Étienne e Mayet, 2002, p. 174, n.º 68). A distância desta herdade a Alcácer do Sal poderia jogar a favor da situação de *Malateca* na herdade do Pinheiro; mas não parece simples propor um percurso que, entre *Caeciliana* e a herdade do Pinheiro, perfizesse XXVI milhas.

A hipótese de, no *Itinerário de Antonino*, se encontrar trocada a contagem das milhas não é de excluir. Assim, em vez de:

<i>Caeciliana</i>	
<i>Malateca</i>	XXVI
<i>Salacia</i>	XII
teríamos:	
<i>Caeciliana</i>	
<i>Malateca</i>	XII
<i>Salacia</i>	XXVI

Neste caso, facilmente poderíamos situar *Malateca* nas margens da ribeira de Marateca. Mas, para cumprir as XXVI milhas até *Salacia*, a estrada teria de vir até Santa Susana e o viandante recuaria depois até *Salacia*. Semelhante percurso não é muito convincente, ainda que também se nos não afigure inteiramente rejeitável. Com efeito, a estrada (ou uma das estradas) de *Salacia* para *Ebora* poderia passar pelo Monte dos Carvalhos de Baixo (onde parece encontrar-se um miliário), por Portagem (onde uma área considerável de vestígios permite contemplar uma estação romana de alguma importância, se bem que o que dela se acha noticiado nos deixe dúvidas sobre se se trata de *villa*, *mansio* ou mesmo *vicus*) e pela herdade da Biscainha (onde há vestígios de calçada romana) (Ferreira et al., 1993, p. 81, 91 e 69). Assim, a estrada de *Olisipo* a *Ebora* iria à área de Santa Susana; e quem quisesse alcançar *Salacia* teria de recuar ao longo da ribeira de Santa Catarina de Sítimos até àquela cidade.

Esta última hipótese, repetimos, suscita-nos dúvidas, pois não entrevemos por que razão os Romanos não teriam traçado via mais directa de *Malateca* a *Salacia*.

Admitindo ainda a possibilidade de erros na indicação das milhas, não só entre *Caeciliana* e *Malateca*, como entre *Malateca* e *Salacia*, deixaremos este problema, que talvez um estudo sistemático dos vestígios de vias antigas entre a ribeira de Marateca e Alcácer do Sal possa vir a esclarecer.

É possível que uma via ligasse Alcácer do Sal à herdade de Arranas (Torrão) e que aqui houvesse povoação de alguma importância, integrada no território da *civitas* de *Salacia*.

Da capela de S. João dos Azinhais, situada na dita herdade, procede uma ara a Júpiter Ótimo Máximo, consagrada por Flávia Rufina, natural de Mérida e flamínica perpétua desta colónia e do município de *Salacia*. A ara foi erigida *decreto decurionum* (IRCP, 183). Devemos supor, na herdade de Arranas, um templo a Júpiter, no qual o *ordo decurionum* salaciense decidiu consagrar uma ara, tendo delegado em Flávia Rufina a honra da cerimónia. Podemos até perguntar-nos se a ara não terá sido consagrada por ocasião da inauguração do templo.

No mesmo local encontraram-se fragmentos de outras inscrições romanas (Almeida e Paixão, 1978, p. 217-218) e uma inscrição funerária de um *L. Rubrius Priscinus* (IRCP, 196). Daí procede ainda a epígrafe de consagração de uma igreja aos santos Justo e Pastor, supostamente de 682. Pedras com lavores visigóticos, umas soltas, outras incorporadas na fábrica da capela de S. João, confirmam a existência do templo cristão. Mas se o culto dos SS. Justo e Pastor teve grande difusão no século VII (García Rodríguez, 1966, p. 253-257), são legítimas as dúvidas sobre a data da inscrição, que poderá ser a de 882 (Real, 1995, p. 55, 2000, p. 42-43; Barroca, 1999, II(1), p. 22-27, n.º 2). A data de 682 harmonizar-se-ia melhor, porém, com as pedras visigóticas.

Na foz do Sado, Tróia foi um dos mais importantes centros de produção de *garum* e de conservas de peixe do Império romano (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994). É possível que o seu nome se encontre na lista de povoações integradas por Ptolemeu, II, 5, 5, entre os *Celtici*:

Para além [dos Turdetanos] habitam os Célticos, cujas povoações, na Lusitânia, são:

Λακκόβριγα	Lacobriga
Καιπιάνα	Caepiana
Βραιτόλαιον	Braetolaeum
Μιρόβριγα	Mirobriga
Ἄρκόβριγα	Arcobriga
Μερίβριγα	Meribriga
Κατραλευκός	Catralaeucus
Πύργοι λευκοί	Turres Albae
Ἄρανδις	Arandis

A distinção entre *Turdetani* e *Celtici* estava provavelmente obliterada no século II d.C., quando Ptolemeu (c. 90-c.168 d.C.) escreveu a sua *Geografia*. O autor terá utilizado, neste passo, alguma(s) fonte(s) antiga(s) que não é hoje fácil identificar com segurança (talvez Possidónio e Artemidoro, vid. Alonso-Núñez 1979, 1980; Pérez Vilatela, 2000, p. 31-43); mas não temos razão para descrever de que *Celtici* ocuparam, na época pré-romana, a parte ocidental do Alentejo.

Admitindo, como hipótese, que o nome antigo de Tróia se encontra naquela lista de Ptolemeu (dado que a povoação seria, no seu tempo, importante), os nomes em *-briga* parece-nos que devem ser excluídos, por não corresponderem às características topográficas da península de Tróia e não termos razão para supor que esta povoação tenha herdado e mantido o nome de algum *oppidum* pré-romano abandonado cuja população se tivesse transferido para a nova fundação romana.

Deve ser excluído também o nome de *Arandis*, dado que esta cidade, capital de *civitas* (condição que Tróia certamente não teve), se deve localizar na área de Ourique (ainda que não saibamos, ao certo, onde se situaria) (Alarcão, 1988, I, p. 29; Guerra, 1998, p. 287-289).

Ficam-nos, assim, como nomes possíveis de Tróia (na hipótese de a povoação ter sido registada por Ptolemeu), os seguintes:

Caepiana
Braetolaeum
Catralaeucus
Pyrgoi leukoi

Caepiana, pela terminação *-ana*, seria nome conveniente para *villa* ou *mansio* de uma família *Caepia* (pois o nome *Caepio* está atestado como gentílico e *cognomen*, vid. Solin e Salomies, 1994) – mas Ptolemeu não chamaria *polis* a uma *villa* ou *mansio*. Não podemos excluir a possibilidade de um acampamento militar fundado por um *Caepio* e depois ocupado por população civil na sequência do abandono do lugar pelas tropas romanas, tal como no caso, anteriormente visto, de *Caeciliana*. Não nos parece, porém, muito credível que *Q. Servilius Caepio*, o procônsul que lutou contra Viriato, tenha instalado uma base de operações no Alentejo ocidental; e ainda que possamos admiti-lo, tal base dificilmente teria sido instalada em Tróia. Aliás, talvez lhe tivesse sido dado o nome de *Castra Serviliana* e não *Castra Caepiana* (embora não nos possamos esquecer de que Estrabão dá ao farol do Guadalquivir, como atrás vimos, o nome de *Καπίωνος ἱδρυται πύργος* e Mela, 3, 4, lhe chama *monumentum Caepionis*).

É certo que *Caepiana* poderá ter derivado o seu nome de outro *Caepio*; mas não temos (por enquanto) notícia de nenhum *Caepio* cuja acção possa ter sido decisiva na fundação de Tróia.

Voltando ao passo de Estrabão mal copiado, admitimos atrás uma hipotética restituição [Κ]ειπον ou [Κ]ειπ[ι]ον. Tal nome poderia corresponder a uma povoação, eventualmente modesta, ou até a um lugar desabitado do estuário do Sado, lugar onde os marinheiros poderiam fazer aguada sem terem necessidade de subir o rio até *Salacia*. Nesse lugar, os Romanos poderiam ter instalado povoação maior, à qual teriam dado o nome de *Caepiana*, a partir do nome indígena *Caepum* ou *Caepium*.

Admitida esta hipótese, seria *Caepum* ou *Caepium* o nome da península de Tróia ou de algum modesto povoado indígena ali existente?

Reconhecemos a nossa impossibilidade de apresentar argumentos confirmativos. Talvez os haja, até, em contrário. Com efeito, a fazer fé em Avieno, *Ora Maritima*, vv. 182-184 e nos seus comentadores (designadamente Ferreira, 1959), o nome da península (ou ilha) de Tróia seria *Achale*. Não nos parece impossível, porém, que navegadores tartéssicos, fenícios ou gregos tenham designado a península (ou ilha) por nome diferente do indígena; mas também não podemos deixar de assinalar que Avieno declara ser *Achale* o nome que dão à ilha os que lá vivem.

Por outro lado, pode também argumentar-se que, no tempo de Estrabão (64-63 a.C. a 23-24 d.C.), ainda não existiria povoado em Tróia. A verdade é que ainda não foi possível estabelecer, através de escavações, o momento da fundação de Tróia. Uma inscrição honorífica a *Lucius Cornelius Bocchus* (IRCP, 207; Fernandes, 2002) dá-nos um *terminus ante quem*, pois este *Bocchus* viveu no tempo de Cláudio. Não se nos afigura totalmente impossível que Tróia tenha sido fundada nos finais da época de Augusto ou no reinado de Tibério. A fundação de Tróia como centro de produção de salgas de peixe e *garum* terá coincidido com o desenvolvimento da produção de ânforas na área da foz do Sado e essa produção começa no primeiro terço do século. I d.C. em Abul (Mayet e Silva, 2002, p. 34) e no segundo quartel do século. I d.C. em Setúbal (Mayet, Schmitt e Silva, 1996, p. 86). Mas se acaso Tróia foi fundada nos últimos tempos do reinado de Augusto ou no tempo de Tibério e se [Κ]ειπον ou [Κ]ειπ[ι]ον representa uma alusão de Estrabão a esse povoado, o geógrafo estaria surpreendentemente actualizado. Pode argumentar-se, porém, que [Κ]ειπον ou [Κ]ειπ[ι]ον seria um pequeno povoado de pescadores que mereceu referência de Estrabão por ser um ponto muito conveniente para fazer aguada. Só posteriormente (talvez no tempo de Cláudio) a povoação se teria desenvolvido como centro de produção de conservas de peixe.

Assim, e em conclusão, é pelo menos muito duvidoso que:

1. Se encontre, em Estrabão, uma referência a um lugar (povoado ou não) chamado [Κ]ειπον ou [Κ]ειπ[ι]ον.
2. Tal nome (indígena) se encontre na origem do topónimo *Caepiana* recordado por Ptolemeu (com as variantes, segundo diferentes manuscritos, Καπιάνα, Καπίανα, Κεπιάν, Κεπίανα, Κεπία e Κετίανα).
3. Tal lugar corresponda a Tróia.

A origem do nome *Braetolaeum* ou *Bretolaeum* e a localização deste povoado permanecem ignoradas (Tovar, 1976, p. 213; Guerra, 1998, p. 348). Sem podermos excluir, com argumentos convincentes, que tenha sido este o nome de Tróia, também nada nos inclina para esta hipótese.

O nome *Katral leukos* aparece, em outros manuscritos, como *Katra leukos*, *Kataleukos* e *Katraphucus*. Não excluindo a hipótese de se tratar de um topónimo de origem indo-europeia pré-romana (sobre o elemento *leuk-* vid. Prósper, 2002, p. 113 e 222-223), é possível que o nome registado por Ptolemeu seja, não uma *transcrição*, em caracteres gregos, de um nome indígena, mas uma *tradução*, para o grego, de topónimo latino constituído por nomes comuns.

O elemento *katra-* não se encontra no grego. A palavra mais próxima, *katros*, só se acha no léxico de palavras poéticas e dialectais compilado por Hesíquio (Latte, 1966), com o sentido de “mais”. Não vislumbramos que nomes comuns poderiam ter sido traduzidos por *Katraleukos* ou *Katra leukos*. A hipótese de *Katraleukos* ser a transcrição de *Castra Leuca* (Tovar, 1976, p. 214) também se nos não afigura muito viável.

Perguntamo-nos, assim, se a forma correcta não seria *Κατά λευκοῦ*, traduzindo um topónimo latino *Ad Lucentum*. Copista(s) de Ptolemeu, não entendendo a origem do nome (isto é, não entendendo *Κατά* como preposição), e tomando-o por nome próprio, teria(m) estranhado a forma genitiva e tê-la-ia(m) “corrigido” para um nominativo *Καταλευκός*.

Contra esta hipótese, podemos argumentar que Ptolemeu, II, 6, 14, transcreveu como *Λούκεντον* o nome *Lucentum* da costa valenciana. Mas será este exemplo um argumento suficiente para excluirmos a possibilidade de a *polis Καταλευκός* dos *Celtici* se ter chamado, em latim, *Ad Lucentum*? Não será de esperar (ou exigir) uniformidade de critério numa obra com cerca de 8000 topónimos do mundo então conhecido. Nem tal uniformidade provavelmente existiria na obra de Marino de Tiro, que terá sido a mais importante fonte de Ptolemeu para o seu inventário de lugares (Berggren e Jones, 2000). É perfeitamente admissível que um topónimo *Lucentum* tenha sido simplesmente transcrito em caracteres gregos mas que um nome como *Ad Lucentum*, noutra área (mesmo que fosse ainda na Península Ibérica), tenha sido *traduzido*, até porque, se Ptolemeu utilizou sobretudo a obra de Marino, este ter-se-á servido de múltiplas fontes, umas latinas, outras gregas.

Se, em Outão, como anteriormente vimos, pode ter existido um farol, o nome *Ad Lucentum* não seria inteiramente desadequado a uma povoação romana fundada na margem oposta do estuário do Sado. Mas não podemos esquecer-nos de que a existência de um farol em Outão não está inequivocamente provada. E, a ter existido tal farol, também podemos admitir que junto dele existisse uma povoação (todavia ainda não identificada), povoação que seria a nossa suposta *Ad Lucentum*. Finalmente, admitindo a existência de uma *Ad Lucentum*, também não podemos excluir a possibilidade de ter sido este o nome de Sines, porto importante na época romana (Ferreira et al., 1993, p. 322; Encarnação, 1996; Diogo e Costa, 1996). A identificação de Sines com a *Meribriga* de Ptolemeu (Tovar, 1976, p. 213) não pode considerar-se provada.

Nada temos contra a possibilidade de o topónimo ptolemaico *Pyrgoi leukoi* corresponder à tradução de *Turres Albae*. Sobre tal correspondência, aliás, existe consenso (Tovar, 1976, p. 214). Se *pyrgos*, como anteriormente vimos, se aplica à torre do farol, a forma plural do nome ptolemaico dificilmente consente a restituição de um topónimo latino *Phari Albi*, pois tal nome pressuporia pelo menos dois faróis no mesmo local – o que não parece aceitável.

Existem todavia exemplos de portos romanos protegidos por molhes que, arrancando de duas diferentes línguas de terra, convergiam um para o outro deixando, naturalmente, larga abertura para a entrada e saída das embarcações. Na ponta de um desses molhes podia existir um farol e, na outra, uma torre monumental. Um bom exemplo dessa situação é o porto de Leptis Magna (Di Vita, Di Vita-Evrard e Bacchielli, 1999, com um belo desenho de reconstituição da cidade e do porto por J.-C. Golvin; vid. igualmente Bartoccini, 1958, tav. A, com um desenho de A. Carpiceci).

Dada a configuração da península de Tróia, não nos parece inviável que existissem duas torres (sendo, ou não, uma delas um farol) nas extremidades das duas línguas dunares que protegem a chamada “caldeira” de Tróia. Assim, o nome de *Turres Albae* não se nos afigura desadequado a Tróia. Mas, se acaso no porto de Sines foram construídos dois molhes artificiais, o nome também poderia convir a Sines. O nome latino *turris* também se aplicava a faróis. O adjectivo *albae* referir-se-ia à pedra branca com que as torres seriam construídas.

Em conclusão:

1. O nome *Kataleukos* poderá traduzir um nome latino *Ad Lucentum* e o nome *Pyrgoi leukoi* corresponderá a *Turres Albae*.
2. Qualquer destes nomes parece adequar-se a Tróia e a Sines; mas, admitida tal adequação, não nos parece fácil decidir qual dos nomes corresponde a Tróia e qual foi o de Sines; só algum feliz achado epigráfico futuro poderá revelar o nome antigo das duas povoações — sem que possamos rejeitar a eventualidade de as nossas hipóteses, por razoáveis que hoje pareçam, virem a revelar-se falsas e os nomes *Kataleukos* e *Pyrgoi leukoi* virem a ser identificados com outras localidades que não sejam nem Tróia nem Sines.

2. Topónimos da *civitas* de *Talabriga* (Fig. 2)

As referências a *Talabriga* que se encontram em Plínio IV, 35, 113 e no *Itinerário de Antonino* (na estrada de *Olisipo* a *Bracara Augusta*) permitem situar este *oppidum* na bacia hidrográfica do Vouga, o *flumen Vagia* do Naturalista, o *Ouákos* de Ptolemeu, II, 5, 2. É provável que a *Talabriga* de Ptolemeu, II, 5, 6 e a de Apiano, *Ib.* 73 correspondam ainda ao mesmo *oppidum*.

A identificação de *Talabriga* com a estação arqueológica que se situa no Cabeço do Vouga (freguesia de Lamas do Vouga, concelho de Águeda) (Alarcão, 1988, estação 3/57) tem sido defendida por muitos mas contestada por outros. Dentre os que não aceitam tal identificação distingue-se Vasco Mantas (1996a, p. 624-640), o qual, retomando a proposta antiga de F. Alves Pereira (1907), aponta para a localização de *Talabriga* nas imediações de Branca, no concelho de Oliveira de Azeméis. O argumento de Vasco Mantas reside em que as 40 milhas que o *Itinerário de Antonino* assinala entre *Aeminium* e *Talabriga* não se cumprem no Cabeço do Vouga, mas nas imediações de Branca; e o autor aponta o sítio do Cristelo, na freguesia de Branca, como provável localização de *Talabriga*.

Ora parece-nos que o sítio do Cristelo, ocupado na época romana mas, possivelmente, instalado em tempos pré-romanos (Vaz, 1982a, 1983; Silva, 1994, p. 88), se chamava *Auranca* — nome de origem pré-romana do qual derivou o de *Abranca*, depois reduzido ao actual de Branca; tal sítio não corresponderá, pois, a *Talabriga*. A origem do nome Branca em *Auranca* foi reconhecida por A. de Almeida Fernandes (1999).

Na notícia da doação do rei Ordonho II ao mosteiro de Crestuma no tempo do bispo D. Gomado (*PMH, DC.*, n.º 25, datado de 992 = *L. P.*, n.º 81) há uma referência a *Abranca*. São numerosos os problemas que este documento suscita, designadamente o da sua data (Oliveira, 1956, p. 44-50, propondo uma redacção em 1115 ou 1116). Tais problemas, porém, não afectam o interesse e utilidade do que nele se diz e respeita à corografia de *Abranca*.

Lê-se, nesse documento: *De Abranca, alias ecclesias prenominatas Sancti Petri de Villa Plana cum suis dextros integros et suas adiectiones et Villa de Dezanos per suos terminos antiquos et sua ecclesia vocabulo Sancti Michaelis et suos dextros integros*. Parece depreender-se, do documento, que Vila Chã, com sua igreja de S. Pedro, e Deçãos ou Doçãos, com sua igreja de S. Miguel, dependiam de *Abranca* que, neste caso, seria cabeça de um pequeno território com, pelo menos, duas aldeias dependentes (se é que *villa* tem aqui o sentido de aldeia). Mas não encontramos hoje, nas imediações de Branca, os topónimos de Vila Chã e Doçãos. Parece duvidoso que a *Villa Plana* do documento seja a Vila Chã que hoje fica entre Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira ou essa outra Vila Chã que fica a noroeste de Vale de Cambra; mas não podemos excluir inteiramente tais identificações, sobre-

tudo a segunda, dado que esta Vila Chã teve, como padroeiro, S. Pedro (*DMP, DP.*, IV, n.º 191, de 1121) (e, em tal caso, *Abranca* dominaria um território de considerável extensão).

Por documento de 1088 (*PMH, DC.*, n.º 708), um Paio Aires, sua mulher e filhos venderam, a Gondesindo Cides e sua mulher Elvira, terras situadas *subtus castro Abranka* (?), *discurrentem rribulo Antuana, in villa que vocitant Antuana*. A interrogação é do editor, que teve dificuldades de leitura num documento infelizmente rasgado e muito deteriorado.

Em 1109 (*DMP, DP.*, III, n.º 318), um presbítero Rodrigo fez doação, à Sé de Coimbra, de *quarta de villa que vocatur Curual... quam habeo in territorio Sancte Marie civitatis inter villam de Auranka et de Aruians*. O topónimo Curval existe ainda hoje entre Branca e Alviães.

Auranka foi berço do mártir S. Martinho de Soure, conforme em sua *Vita* se diz: *Fuit itaque progenitus in vico qui dicitur Auranca, qui, ut fertur, ab urbe Colimbriensium XXVIº distat miliario*. Na tradução de Aires do Nascimento (1998, p. 229): “Nasceu ele, pois, numa aldeia chamada A-Branca que, como é sabido, dista vinte e seis milhas da cidade de Coimbra”. As milhas aqui indicadas não correspondem às romanas de 1480 m, mas às francesas de 2222 m, que teriam sido introduzidas na região de Coimbra no tempo do conde D. Henrique. S. Martinho de Soure morreu em 1145 e a sua *Vita* terá sido escrita no mosteiro de Santa Cruz por volta de 1150.

A conjugação dos documentos medievais com os vestígios arqueológicos do Cristelo sugere que esse lugar se chamaria *Auranca*. Mas não se nos afigura possível demonstrar que a *Auranca* dos documentos medievais era ainda o povoado do Cristelo. Enquanto se não realizarem escavações que confirmem a ocupação do sítio até, pelo menos, aos finais do século XI e inícios do XII, podemos admitir que, por essa data, já o povoado e o nome se haviam transferido para o actual lugar de Branca. Por outro lado, convém não esquecer a hipótese, anteriormente posta a propósito do documento n.º 25 dos *PMH, DC.*, de *Abranca* corresponder a um corónimo — o que não obriga a rejeitar a possibilidade de um povoado chamado *Auranca* ou *Abranca* que seria cabeça de um pequeno território do mesmo nome.

A forma *Abranca* deixa-nos crer que o *-u-* da grafia *Auranca* corresponde a um fonema fricativo dento-labial e que, entre os séculos X e XII, se pronunciava o nome simultaneamente como *Abranca* e *Avranca* (Maia, 1997, p. 473-485). O nome, de origem indo-europeia (pré-romana, na área em causa), contém o elemento *aur-*, de **(a)wer*, com o sentido de “água” e o elemento *-anka* que, aliás, também encontramos na bacia inferior do Vouga em Travanca ou Avanca (Prósper, 2002, p. 313-315, 65).

Apesar das dificuldades que suscita a indicação do *Itinerário de Antonino* (dificuldades que Seabra Lopes pretendeu solucionar propondo, para a via romana, um percurso diferente do de Vasco Mantas, vid. Lopes, 1995-1997, 1997, 2000a), continuamos a pensar que a localização mais provável de *Talabriga* é no Cabeço do Vouga, onde os vestígios romanos assumem particular importância (Alarcão, 1988, estação 3/57; Lopes, 1995). Mas não podemos deixar de reconhecer que a distância de vinte e seis milhas francesas indicadas na *Vita* de S. Martinho de Soure entre *Auranca* e *Colimbria* se aproxima muito das quarenta milhas romanas que o *Itinerário de Antonino* aponta entre *Aeminium* e *Talabriga*.

Talabriga foi capital de *civitas* que se estendia desde Ul, a norte, até às imediações da Mealhada, a sul, e desde o Atlântico até às proximidades da actual povoação de Benfeitas, a oriente.

Em Ul (freguesia de Santa Maria de Ul, concelho de Oliveira de Azeméis), na confluência dos rios Ul e Antuã, situa-se um castro que foi romanizado (Marques, 1989; Silva, 1994, p. 57; Silva e Teixeira, 1994). De consideráveis dimensões (o eixo maior tem 600m e o menor, 420), o povoado tem um raio de visibilidade bastante maior para sul, sobre o vale do rio Antuã, que para norte.

Na demolição da antiga igreja paroquial de Ul achou-se um *terminus augustalis* datado de 5 ou 6 d.C. (Almeida, 1953). Embora não contenha os nomes das *civitates* demarcadas, não parece haver dúvidas quanto ao facto de serem elas a dos *Turduli Veteres*, com capital (?) em *Langobriga* (Monte de Santa Maria ou Monte Redondo, Fiães, Feira), e a de *Talabriga*.

Na área do castro de Ul encontrou-se ainda um miliário de Tibério, de 23 ou 24 d.C., com indicação de XII milhas, que seriam, segundo Vasco Mantas (1996a), p. 336-340), contadas a partir de *Langobriga*. Um fragmento de outro miliário, infelizmente ilegível, foi encontrado em Adães (Almeida, 1956). A povoação de Adães fica a norte do castro de Ul, se bem que na margem oposta do rio Ul.

O castro de Ul era, possivelmente, ao longo do rio Antuã e da estrada de *Cale* a *Aeminium*, a última povoação da *civitas* de *Langobriga*; ou ficaria na linha de fronteira entre *Langobriga* e *Talabriga*.

O nome do rio Ul aparece grafado *Ur*, *Ure* ou *Hur* em documentos de 922 até, pelo menos, 1139 (v. g., *PMH, DC.*, n.ºs 25 e 470; *DMP, DP.*, III, n.º 338; *DMP, DP.*, IV, n.ºs 269, 272, 282 e 283; Durand, 1971, doc. n.º 222). Ora *Ur* parece ser nome comum indo-europeu para “água” (Villar, 2000, p. 207-208). Assim, o rio Ul teria sido chamado, em época pré-romana (e romana?), simplesmente “o rio” ou “a água”, sem nome próprio. A transformação do nome comum em nome próprio e, depois, em nome de povoação, ter-se-á dado quando o significado original de *ur* se tinha já perdido.

O *oppidum* de *Talabriga* estaria ligado a Viseu por uma estrada de que, no nosso mapa, se registam troços em Doninhas e Talhadas. Por sua vez, em Benfeitas reconheceram-se um miliário de Caracala, com indicação da milha XXXI e outro de Constâncio Cloro, com a milha XXVI (Vaz, 1997, p. 294-296 e 381; Borges, 2000, p. 53). Se as leituras das milhas estão correctas, parece difícil compatibilizar, no mesmo ponto, XXVI e XXXI milhas (a menos que duas diferentes estradas, uma mais longa que outra, convergissem no mesmo lugar de Benfeitas). O certo é que tais milhas não poderiam contar-se senão a partir de Viseu. Temos, por isso, de supor que a fronteira entre as *civitates* de Viseu e *Talabriga* corria por Benfeitas ou a ocidente desta localidade.

Para o lado do mar, havia povoado importante em Cacia (Alarcão, 1988, estação 3/47; Sarrazola et al., 2001; Almeida e Fernandes, 2001, p. 31-34; Sarrazola, 2003). Dada a configuração da linha de costa que, na época romana, era muito diferente da actual (Freitas e Andrade, 1998, p. 69; Lopes, 2000a, p. 198), Cacia seria um porto.

Há notícia de um manuscrito toledano de Plínio que conteria uma referência a um *oppidum Vacca* (Figueiredo, 1885; Mantas, 1996a, p. 619). A ter existido, de facto, tal *oppidum*, seria o de Cacia? O miliário do monte de S. Julião, referido por Frei Bernardo de Brito, onde se leria, na parte final, VAC(*ua*) XII M(*ilia*) P(*assuum*) (Alarcão, 1988, estação n.º 3/39; Mantas, 1996a, p. 332-336), não pode, sem muitas reservas, aceitar-se como confirmação de tal *oppidum*. Ainda que Frei Bernardo de Brito não tenha inventado tal marco, poderá ter introduzido na sua leitura um VAC[...] que não figuraria no miliário e que teria aproveitado do seu conhecimento (indirecto?) do manuscrito toledano. Não nos podemos esquecer de que as milhas eram normalmente contadas a partir de uma capital de *civitas*, e não temos qualquer prova de que um *oppidum Vacca* ou *Vacua*, a ter existido, tivesse tido esse estatuto político-administrativo. Por outro lado, a distância de XII milhas convém à que mediará entre o lugar onde se encontrava o marco e o rio Vouga (Mantas, 1996a, p. 335). Se *Talabriga* ficava no Cabeço do Vouga, o miliário do monte de S. Julião poderia marcar a distância a partir dessa cidade capital. VAC[...] terá sido uma invenção de Frei Bernardo de Brito ou, menos provavelmente, uma má leitura de TAL[...]. O mais credível é que no miliário se não indicasse o nome do *oppidum* a partir do qual se contariam as milhas; mas tal *oppidum* seria *Talabriga* (= Cabeço do Vouga).

A sul do Vouga, e na estrada romana para *Aeminium*, parece-nos que poderia haver povoado romano de alguma importância nas imediações de Aguada de Cima ou de Baixo (concelho de Águeda) (Alarcão, 1988, estações n.ºs 63, 64 e seguinte). Uma inscrição consagrada CVSEI PAE-TEAICO (Carvalho, 1986) pressupõe um nome **Paityo*, ainda que possamos duvidar se era topónimo, orónimo ou hidrónimo (Prósper, 2002, p. 232).

Talvez ainda na *civitas* de *Talabriga* (ou na linha de fronteira desta com a de *Aeminium*?) ficava o castro de *Seliobriga*, perto (e a noroeste) da Mealhada (Alarcão, 1988, estação n.º 3/66).

Não podemos, a propósito de *Talabriga*, deixar de referir a ara encontrada em Estorãos (Ponte de Lima): *Camala, Arqui(f)ilia, Talabrigensis, Genio Tiauranceaico v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* (Garcia, 1991, p. 357).

O topónimo *Talabriga* repetia-se, pois temos, pelo menos, notícia de um *castellum Talabriga* na *civitas* dos *Limici* do *conventus Bracaraugustanus* (Luzón, 1975, p. 295). No caso de Estorãos, *Talabrigensis* parece, porém, dever reportar-se a uma *civitas* e não a um simples *castellum* no âmbito de uma *civitas* doutro nome. E a convicção reforça-se pelo facto de o nome do génio se dever decompor, provavelmente, em *ti-aur-anko-aico* ou *ti-auranc-ya-ico* (Prósper, 2000, p. 313-315). A aproximação de *-auranco-* a *Auranca*, isto é, ao presumido nome do castro de Cristelo da Branca, é inevitável.

Blanca María Prósper, recordando que o grupo **-brya* aparece às vezes como **-bya*, admite que *ti-* esteja por *tri-* e que este elemento tenha o sentido de “trans-”, “através de”, ou “três”. Contextualizado, o epíteto *Tiauranceaicus* poderá significar “do (rio) que atravessa *Auranca*” ou “do (rio) que corre para além de *Auranca*”? Ou, em alternativa, como também sugere Blanca María Prósper, “dos três rios”? Se *-ank* designava “o vale”, poderá *Tiauranceaicus* significar “do rio que corre pelo vale” ou “do vale pelo qual corre o rio”? Em qualquer caso, poderá tratar-se de um génio protector do rio Antuã ou do espaço entre os rios Antuã, Vouga e Caima, ou entre Antuã, Ínsua e Caima.

Não será descabida, nesta nota, uma referência às “paróquias” suélicas (do século VI) de *Insula* e *Antunane*.

Pierre David, na sua edição do *Parochiale* suélico (1947, p. 37), admitiu como possível, e talvez provável, que houvesse uma única “paróquia” chamada *Insula Antunane*. Acrescentou (1947, p. 78) que o território da paróquia seria o limitado a leste pelo rio Antuã e que a igreja estaria em Aveiro ou na Vila da Feira. Almeida Fernandes (1997, p. 89-90 e 141) contestou tal opinião e localizou *Insula* na freguesia de Cucujães (do concelho de Oliveira de Azeméis), dando-lhe por área “a região da Feira até ao mar”; quanto a *Antunane*, localizou a sede em Estarreja. Nós mesmos (Alarcão, 2001, p. 49-50) aceitámos a existência de duas paróquias, tendo sugerido, com muitas dúvidas, a correspondência de *Insula* a Ul e de *Antunane* ao Cristelo da Branca. Mas, revendo agora a questão, parece justo o que Pierre David propôs.

Alguns documentos medievais referem-se a duas *Insulae* nesta área.

No documento n.º 25 dos *PMH, DC.*, a que já aludimos, diz-se: *Et de alia parte villa de Insula vocabulo Sancti Jacobi subtus mons Codar...* A existência, hoje, de uma povoação de nome Ínsua perto de uma outra chamada Codal (no canto superior direito da nossa carta) não parece deixar dúvidas quanto à localização desta *Insula*.

O rio hoje chamado Ínsua corresponde ao troço superior do Antuã e poderá ter sido na Idade Média designado pelo mesmo nome (isto é, Antuã) (Arede, 1944).

Em 1107, Aimar, sua mulher Susana e filhos fizeram doação, à Sé de Coimbra, de bens *in territorio Sancte Marie, sub montem qui dicitur castrum Recaredi, et sunt prenominata ipse ville illa nostram portionem de Villa Trauanca et de Villa Toaldi et de Aziuedo et de Insula et de Mazata* (*DMP, DP.*, III,

n.º 261). As localidades citadas nestes documentos devem identificar-se com as actuais povoações de Travanca, Tiobalde, Azevedo, Ínsua e Massada. O *castrum Recaredi* corresponderá ao que se encontra perto de Troncal, castro chamado de Recarei (freguesia de S. Martinho de Gandaia, concelho de Oliveira de Azeméis) (Almeida, 1992, p. 379; Silva, 1994, p. 56). Temos, assim, localizada uma segunda *Insula*, à qual se refere também um documento de 1145, correspondente a uma venda de Bermudo e Gonçalo *Guediriz* ao mosteiro de Grijó de *tota hereditate quam habemus... in Insula... que est subtus monte Castro Recarei, discurrente rivulo Valega, territorio portugalensi, civitas Sancte Marie* (Durand, 1971, doc. n.º 214).

À *Insula* de *Mazada* do documento de 1107 se reporta um outro documento, de 1109 (*DMP, DP., III, n.º 325*), pelo qual Paio Soares faz doação, ao mosteiro de Grijó, de vários bens, designadamente de *quarta parte integra de villa Insula de Mazada et nonam integram de media parte ipsius villa de Insula*.

Finalmente, a carta 1:25 000 regista o microtopónimo Ínsuas imediatamente a sul do castro de Ul; mas aqui o nome terá o sentido de “terras regadias junto ao rio” e a designação poderá não ser muito antiga.

Tendo em consideração estes dados, parece-nos muito credível a existência, na época suévica, de um corónimo *Insula Antunane*, correspondente a uma área por onde corria o rio Antuã. Não haveria duas “paróquias”, uma chamada *Insula* e outra, *Antunane*, mas uma só com a designação de *Insula Antunane*.

A *villa de Antoana* aparece-nos mencionada numa doação de Rodrigo Mendes à Sé de Santiago de Compostela em 959 (López Ferreiro, 1899, p. 170 do Apêndice Documental): terá ficado aqui a sede da “paróquia” suévica? Ou em Ul? Ou em *Auranca*?

Não deixa de causar certa surpresa que, tendo sido *Talabriga*, na época romana, uma cidade capital, não tivesse sido instalada nela a “paróquia” suévica. Mas, em face do conhecido, não parece muito sustentável a hipótese de a *Insula Antunane* abranger ainda terras a sul do rio Vouga.

Acrescentaremos ainda que a hipótese de duas sedes “paroquiais”, uma numa das *Insulae* que acabámos de identificar e outra algures sobre o rio Antuã, não parece muito (ou mesmo nada) credível porque ficariam demasiadamente próximas uma da outra. Se, no Entre Douro e Minho, no século VI, a rede de “paróquias” suélicas era densa, a sul do Douro as sedes de “paróquias” eram, entre elas, muito distantes: na diocese de *Conimbriga*, eram *Selium* (Tomar) e *Aeminium* (Coimbra), isto é, antigas capitais de *civitates* romanas; perto de Coimbra ficava, é certo, *Lurbine* (Lorvão); mas, para norte, só havia *Portucale castrum antiquum*.

3. Onde a cidade de *Omnia*? (Fig. 3)

O *Parochiale* suévico (David, 1947, p. 36) regista, como *ecclesia* da diocese de *Lamecum*, uma localidade cujo nome, nos diferentes manuscritos, se apresenta como *Omina*, *Omnia*, *Omma*, *Omia* e *Orannia*. Pierre David preferiu, como forma possivelmente mais correcta, *Omina*.

A forma *Omnia* poderia ter dado *Ónia*, como *calúnnia* deu calúnia. Ora Almeida Fernandes (1997, p. 87) informa que o microtopónimo *Ónia* existe perto da vila de Sernancelhe e Alto da *Ónia*, na freguesia do Carregal (do mesmo concelho de Sernancelhe). Tendo aceite estes microtopónimos (que a CMP, 1:25 000 todavia não regista) como possíveis indícios da localização daquela “paróquia” suévica, sugerimos a posição de *Omnia* no concelho de Sernancelhe (Alarcão, 2000, p. 167, 2001, p. 48). E recordámos uma estátua romana de togado encontrada em Quintela da Lapa (concelho de Sernancelhe) (Carvalho, 1991-1992, p. 148), tendo sugerido a possibilidade

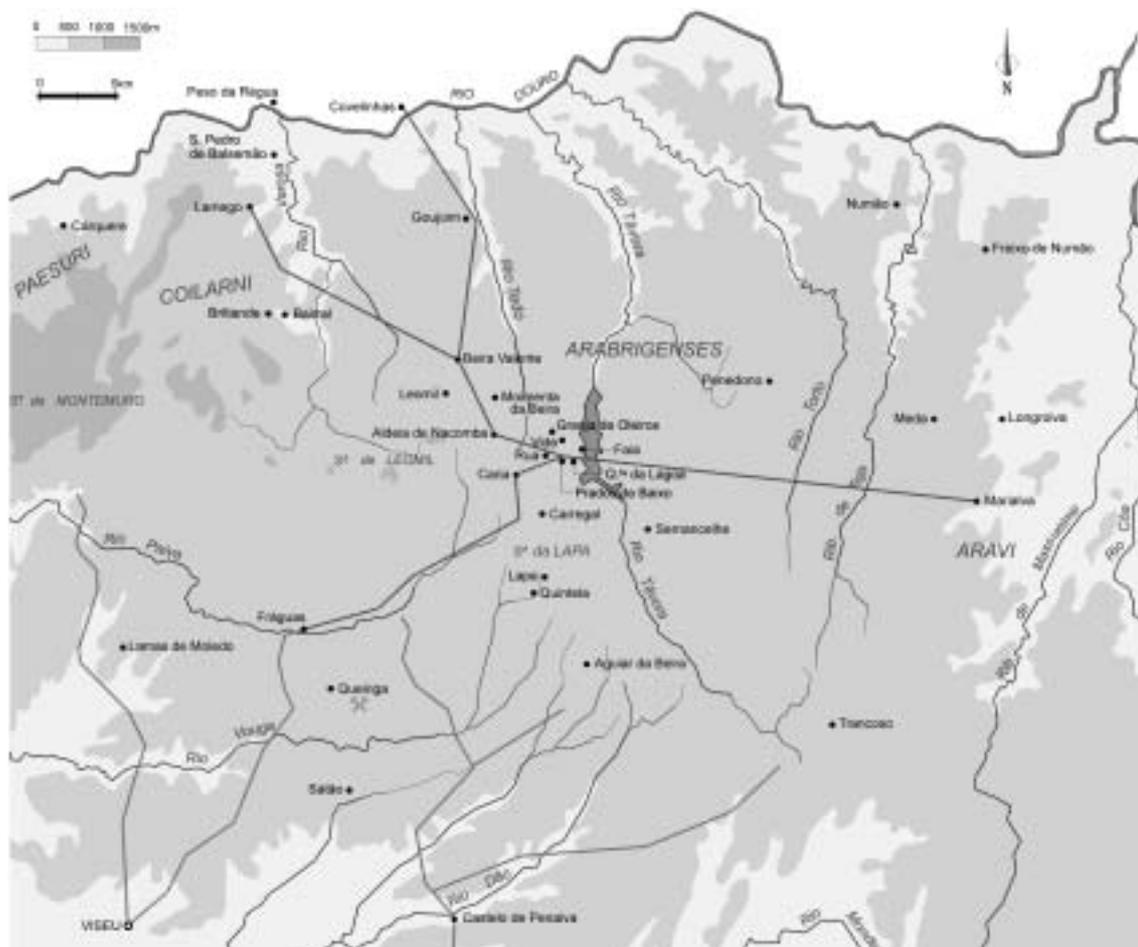


Fig. 3 Carta Militar de Portugal. Serviço Cartográfico do Exército, Folha 2 e 4. Esc. 1: 250 000. Série M586, Edição 2, 1967.

de ela proceder de um *forum* e, portanto, de uma capital de *civitas* romana. Mas não soubemos localizar Quintela da Lapa.

Quintela da Lapa é, afinal, a sede de uma freguesia do concelho de Sernancelhe. A povoação é também conhecida simplesmente por Quintela (e assim vem marcada na CMP, 1:25 000). Elevada à categoria de vila por D. João V, ficava então no concelho de Caria e Rua (Guia, 1984, p. 49). Caria e Rua são hoje simples freguesias do concelho de Moimenta da Beira, mas Quintela passou para o concelho de Sernancelhe (Moreira, 1929, p. 264).

Para além dos microtopónimos Ónia e Alto da Ónia que Almeida Fernandes regista no concelho de Sernancelhe, A. Bento da Guia (1984, p. 53, n. 1) informa que na vila de Moimenta da Beira existem dois lugares chamados “Omnia” e recorda o significado que Viterbo, no seu *Elucidário*, s. v. *Omnia*, dá para a palavra: “toda uma herdade ou fazenda, em que se criam e produzem todos os frutos”. Viterbo acrescenta que “em Santarém, chamam-se *omnias* as hortas e pomares da sua Ribeira, onde tudo se acha, assim frutas como hortaliças”.

É possível que Ónia, Alto da Ónia e Ómnia não tenham, em Sernancelhe e Moimenta da Beira, o sentido de ómnias da ribeira de Santarém e que aqueles topónimos se devam relacionar com o nome da *ecclesia* suévica da diocese de Lamego. Infelizmente, a diversidade das grafias apresentadas pelas várias versões do *Parochiale* deixa-nos na dúvida sobre a verdadeira ou mais antiga forma do nome da localidade onde ficava a sede da *ecclesia*.

O local exacto do achado da estátua do togado dado como procedente de Quintela da Lapa também não é conhecido. Terá a estátua sido achada mesmo em Quintela ou em algum sítio no aro da actual freguesia? E terá sido encontrada *in situ* ou teria já sofrido alguma deslocação quando foi transportada para a Assembleia Distrital de Viseu? A peça parece ter sido reaproveitada como tampa de sepultura medieval. Por outro lado, não podemos esquecer-nos de que a ideia de ter sido feita para um *forum* é simples hipótese.

Entre Moimenta da Beira, Sernancelhe e Quintela, há vários lugares com achados romanos:

1. “Junto do cemitério [de Sernancelhe], num campo pertencente ao doutor António de Sobral, quando aí se procedia ao desaterro para a construção duma casa, apareceu um *dolium*, cheio de moedas de cobre da época dos Romanos” (Moreira, 1929, p. 88). Terão aparecido também em Sernancelhe um áureo de Arcádio e cerâmica romana, de construção e doméstica (Costa, 1979, p. 286).

2. No lugar de Barreiro, que ficará a dois escassos quilómetros de Sernancelhe, mas que não sabemos localizar com exactidão, “têm aparecido mós, pedaços de colunas e muita cerâmica” (Moreira, 1929, p. 88). Noutra ocasião, o abade Vasco Moreira refere-se ao mesmo lugar para noticiar o aparecimento de “cacos grosseiros, pedaços de mós, volantes de fusos e testos da época lusitana” (Moreira, 1929, p. 85). Diz ainda que, numa sua recente visita ao local, encontrou tijolos e “cacos de bordo” e, num campo pertencente à família Sobral, “aparecem tantos fragmentos de cerâmicas que, a pesarem-se, dariam muitas arrobas; e, num baixo cômodo, encontrei dois pesos que conservo”.

3. Em Caria e Rua, noticia ainda o mesmo Vasco Moreira, “em diferentes propriedades, encontrei, à superfície do solo, muitos fragmentos de cerâmica — tijolos, tégulas, caneluras (*sic*), etc.; e vi nas mãos de particulares muitas moedas de prata do tempo do Império” (Moreira, 1929, p. 89).

4. Em Caria Velha “foram encontradas moedas e restos de cerâmica romana, além de miliários e outras inscrições...” (Figueiredo, 1953, p. 45; vid. também Vaz, 1982b, p. 84-85).

5. Em Caria, entre Caria e Mileu, entre Caria e Rua e na vila da Rua foram encontrados tesouros de denários romanos de composição e cronologia desconhecidas (Hipólito, 1960-1961, p. 52-54).

6. No sítio de S. João, a 500 metros da vila da Rua, descobriu-se outro tesouro, agora de moedas de cobre (Hipólito, 1960-1961, p. 54).

7. Em local entre Vide e Granja de Oleiros observam-se alicerces, cerâmica romana de construção e doméstica, pesos de tear e moedas (Costa, 1979, p. 140-141).

8. Em Prados (freguesia de Rua) apareceu uma inscrição funerária, *CIL* II 427 (Costa, 1979, p. 140).

Infelizmente, de nenhuma destas notícias arqueológicas (e de outras recolhidas em Costa, 1979, p. 135s.) se pode inferir onde é que ficava *Omnia* — se acaso ficava mesmo entre Moimenta da Beira, Sernancelhe e Quintela. Nenhum dos achados é índice seguro ou provável da situação de *Omnia*.

Em trabalho anterior (Alarcão, 2001, p. 29), sustentámos que as *ecclesiae* suévicas terão sido, na maioria, instaladas em aglomerados urbanos já importantes na época romana, aglomerados que terão persistido no período suévico. Propusemos também *Omnia* como cidade capital dos Arabrigenses (Alarcão, 2001, p. 48).

Um *terminus Augustalis* de Goujoim (Vaz, 1979; Silva, 1985, p. 222-224; Le Roux, 1994, p. 40-41) assinala a fronteira entre os *Coilarni* e os *Arabrigenses*. É possível que corresponda a confirmação ou redefinição de limites, pois na igreja de S. Pedro de Balsemão encontra-se um outro *terminus*, mais antigo (*CIL* II 6199; Vaz, 1982c, p. 264-265), que, infelizmente, não contém os nomes dos *populi/civitates* demarcados.

Ficariam os *Coilarni* a ocidente, com capital em *Lamecum* (Lamego). Em função desta localização, talvez possamos reinterpretar uma inscrição votiva de Bairral (freguesia de Bri-tiande, concelho de Lamego) (Jesus, 1949; Garcia, 1991, p. 394): *I(ovi) O(ptimo) M(aximo) / Caburn/ianus / C[...] R[...] P[...] C R / A(nimo) L(ibens) V(otum) S(olvit)*. As abreviaturas poderão corresponder a *c(urator) r(ei) p(ublicae) C(oilarnorum)*, embora seja de estranhar um *curator* com o simples nome de *Caburnianus*. Ou deveremos ler *c(ivis)*? Quanto ao C R da quarta linha, recordaremos que o R é restituído com dúvidas. De qualquer forma, *R(eddidit)* não seria impossível.

O rio Tedo marcaria a fronteira entre os *Coilarni* e os *Arabrigenses*, estes últimos iriam até ao rio Torto ou à ribeira de Teja. Mesmo que as fronteiras não passassem por rios mas por cumeadas de serras, talvez se não afastassem muito das linhas propostas.

Uma via romana, vinda de Marialva (capital dos *Aravi*), passaria por Faia, Quinta da Lagoa e Vide, onde aliás se encontraram miliários epigrafados ou anepígrafos (Moreira, 1929, p. 89).

O miliário da Quinta da Lagoa (Vide), *CIL* II 4642, foi consagrado a Constantino (?) e parece conter a indicação [M] P IX (Vaz, 1978, p. 51-53). O local de achado do miliário *CIL* II 4641 (Figueiredo, 1953, p. 61; Vaz, 1982b, p. 85) parece duvidoso: Caria ou Vide? Se acaso Vide é o lugar onde se encontrava, as suas IXX milhas sugerem que no da Quinta da Lagoa se leriam [X]IX. Ainda em Vide, num outro miliário, *CIL* II 4643, parece que já só se lia *Bono Reip(ublicae) Nato*.

A estrada romana poderia continuar por Aldeia de Nacomba e Beira Valente, onde, aliás, há vestígios de calçadas romanas (Vaz, 1982b, p. 85; Costa, 1979, p. 144-145) e atravessaria o Douro em Covelinhas. O ponto de origem da contagem das milhas, nesta estrada do território dos *Arabrigenses*, seria o rio Douro, e não a capital da *civitas*.

De qualquer ponto desta estrada arrancaria uma outra que, por Caria, avançaria pelas actuais freguesias de Carregal e Quintela e, rumando a sudoeste, ao longo do rio Paiva, passaria por Fráguas (Vila Nova de Paiva) e viria a Viseu. Uma proposta de percurso entre Viseu e Fráguas foi apresentada por João L. Inês Vaz (1997, p. 383).

A estrada que João L. Inês Vaz (1997) traça de Viseu para norte, passando por Almargem e a ocidente de Lamas de Moledo, iria direita a Cárquere, mas com um ramal que, por Padrão e Bairral, ligaria a Lamego?

Sendo geográfica a ordem dos *municipia* citados na inscrição da ponte de Alcântara, *CIL* II 760, e supondo que os *Interannienses* tinham capital em Viseu, a inscrição dos *Coilarni* imediatamente a seguir aos *Interannienses* justificar-se-ia por uma ligação directa de Viseu a Lamego. Com os *Lancienses Transcudani*, recomençaria de outro ponto a enunciação dos *municipia*: *Lancienses Transcudani*, *Aravi* (em Marialva), *Meidubrigensis* (da Meda e Freixo de Numão) e *Arabrigenses* estariam numa correcta ordem, tendo em atenção o traçado da via desde a área da Guarda a Lamego.

O nome dos *Arabrigenses* ou, mais correctamente, de *Arabriga* poderá ter dado origem ao nome medieval da serra da Lapa, *mons Alabrer* (*DMP, DR.*, II, 517, n. 8; Curado, 1988-94, p. 216; Albertos, 1990, p. 132), se bem que *Alabria* ou *Alabra* represente a forma normal de derivação de *Arabriga*.

4. O *pagus Supelegio*

Na revisão, a que há poucos anos procedemos (Alarcão, 2001), da localização das “paróquias” suélicas do território actualmente português, não conseguimos apresentar identificação de certas *ecclesiae* e de alguns *pagi*, designadamente, do *pagus Supelegio* da diocese de Braga.

O nome parece poder decompor-se em *sup-* (por *sub-*), com o sentido de “abaixo de” e *Elegio*, eventualmente um orónimo, *Elegium* na sua forma nominativa. O elemento *sup-* pode ter evoluído para *su-* ou *so-* e *Elegio*, para *Egio* ou *Agio*. Teríamos, assim, como evolução de *Supelegio*, as formas *Suagio* e *Soagio*, que são exactamente aquelas que se encontram em 950, 959 e 1059 para designar o Soajo (*PMH, DC.*, n.ºs 61, 76 e 420).

Ora, nas imediações do Soajo, se bem que na margem oposta do rio Lima, perto de Lindoso, existe o microtopónimo Cabeço de Leijó, num sítio em que há ruínas que foram objecto de intervenção arqueológica de Luís Fontes (comunicação pessoal). Curiosamente, uma análise de ¹⁴C deu, como resultado, uma datação de fins do século VI d.C., coincidente com a data do *Parochiale* suévico.

É certo que Leijó não pode derivar de *Elegium* ou *Elegio*. Para explicar Leijó temos de admitir **Elegiolum > *Elegiolum > *Legiolo > *Legioo > Leijó*. Mas, porque *Elegiolum* é diminutivo de *Elegium*, não poderemos supor que *Elegium* e *Elegiolum* ficariam na mesma área, correspondendo o segundo nome a uma elevação menor no âmbito da elevação maior de *Elegium*?

Supelegio seria o nome do *pagus* suévico, mas não necessariamente o nome do *vicus* ou localidade onde ficaria a sua sede. Por outras palavras, se o sítio de Cabeço de Leijó, onde se descobriram as ruínas do povoado do século VI, corresponde à sede do *pagus Supelegio*, o nome do povoado desapareceu ou deu origem ao da vila de Soajo, noutra lugar.

Esta nossa sugestão não pode ser considerada como resolução definitiva do *ubi* de *Supelegio*. Não podemos esquecer-nos da etimologia alternativa proposta por A. Almeida Fernandes (1999) para Soajo.

Na *divisio Theodemiri* (também conhecida por *Parochiale* suévico) diz-se que os limites da diocese de Braga iam a *fauce fluminis Limie per ipsum fluvium usque ad Lindosum*. Parece, pois, que, nos fins do século VI, já existia o topónimo *Lindosum*; não se diz *ad Elegium* ou *ad Elegiolum*. Mas esta objecção poderá não ser inteiramente convincente. Primeiro, porque o preâmbulo da *divisio Theodemiri* poderá ser uma interpolação do século XI ou XII; segundo, porque *Lindosum* poderia ser o nome da sede do *pagus Supelegio*.

Ainda que o nome da serra do Soajo tenha sido *mons Elegium*, este orónimo poderia, porém, repetir-se noutra região. E o nosso suposto nome **Elegiolum* poderia igualmente encontrar-se noutra lugar.

Ora é fácil admitir a evolução **Elegiolum > *Aligiolo > *Aligioo > *Ligioo > Lijó*. Lijó é freguesia do concelho de Barcelos e para essa povoação estão documentalmente atestados os nomes de *Alyjoo* e *Ligioo* (Costa, 1959, II, p. 171).

A freguesia de Lijó fica, porém, na vertente oriental da serra hoje chamada de Lousado e não temos atestação de que esta pudesse ter sido chamada de *mons Elegium*. O nome medieval dessa serra (ou de alguma elevação dela?) era *mons Allaria* ou *Alaria* (Costa, 1959, II, p. 165 e 167).

Na mesma vertente oriental dessa serra, na igreja de S. Martinho de Alvito, a cerca de quatro quilómetros a sudoeste da povoação de Alheira, encontrou-se uma ara, infelizmente com inscrição muito degradada, onde se lê [...]AN[...] / [...]LAE[...] / [...]GO (*vel* CO) (Almeida, 1996, III, p. 45). É muito possível que, na primeira linha, se deva restituir [B]AN[DVE] e que, na segunda e terceira linhas, se encontre o epíteto divino, eventualmente [AL]LAR[IAI]CO, derivado de *Alla-*

ria. Semelhante proposta não poderá manter-se, porém, se se confirmar a leitura [...]LAE[...] na segunda linha, pois, nesse caso, o nome seria eventualmente *Allaeriaicus* e não *Allariaicus*. Aliás, *Allaeriaicus*, pressupondo *Allaeria*, explicaria o actual topónimo Alheira e o nome de montes de Alheira. Mas como explicar o orónimo medieval *mons Allaria*?

A eventual restituição do epíteto como [AL]LAE[CIAI]CO permitiria a reconstituição de um nome **Allaecium* ou **Allaegium* que poderia ter dado **Alegium* ou **Elegium*, donde, pelo sufixo *-olus*, se teria formado **Elegiolum*, com evolução para *Alyjoo* > *Lijó*.

Se a existência, em Cabeço de Leijó (Lindoso), de um povoado do século VI nos pode inclinar para a identificação do *pagus Supelegio* com essa área, tal identificação não se nos afigura definitiva.

Não nos inclinamos para a possibilidade de o *pagus Supelegio* corresponder ao planalto de Alijó (Trás-os-Montes) por nos parecer que a área transmontana de Alijó integrava o *pagus Pannonias*.

5. Sobre a localização de *Lennium*

O *De Bello Hispaniensi*, 35 (edição de WAY, 1978, p. 374-376) contém a seguinte notícia:

“Caesar Hispalim cum contendisset, legati deprecatum venerunt. Ita cum ad oppidum esset ventum, Caninium cum praesidio legatum intromittit: ipse castra ad oppidum ponit. Erat bene magna manus intra Pompeianarum partium, quae praesidium receptum indignaretur clam quendam Philonem, illum qui Pompeianarum partium fuisset defensor acerrimus -is tota Lusitania notissimus erat -: hic clam praesidia Lusitaniam proficiscitur et Caecilium Nigrum, hominem barbarum, ad Lennium convenit, qui bene magnam manum Lusitanorum haberet”.

“Ao mesmo tempo que César avançava para *Hispalis* [Sevilha], eram-lhe enviados emissários para lhe solicitarem perdão. Quando César chegou perto da cidade, despachou Canínio, como seu legado, com um destacamento de soldados, enquanto acampava perto da cidade. Havia nesta um grande número de partidários de Pompeu que consideraram inadmissível terem sido aqueles soldados recebidos sem conhecimento de um tal Fílon, que era o defensor acérrimo da facção pompeiana e uma figura muito notória em toda a Lusitânia. Este homem partiu para a Lusitânia sem conhecimento das nossas tropas e, em *Lennium*, encontrou-se com Cecílio Níger, homem bárbaro, que dispunha de uma bem larga força de Lusitanos”.

A localização deste povoado de *Lennium* é desconhecida, pois não tem qualquer fundamento a identificação de *Lennium* com Linhares (Celorico da Beira), aceite por Adriano Vasco Rodrigues (1979, p. 19). Mas no monte de S. Martinho (Castelo Branco) encontrou-se uma ara consagrada IVNONI LINTEAICAE ou LINEAICAE (Garcia, 1991, p. 358). Não é seguro o suposto nexo NT e, a julgar pela fotografia (Garcia, 1984, est. VI), a leitura LINEAICAE parece-nos mais correcta.

José Manuel Garcia tomou *Iuno* como a deusa esposa de Júpiter e *Lineaica* como epíteto eventualmente relacionável com *linum*, linho. A nós, parece-nos que *Iuno*, aqui, é um nome equivalente a *Genius*, isto é, designa uma divindade (feminina, obviamente) tópica, protectora de um

lugar. *Lineaica* procederia de um topónimo *Lineum*, pela adjunção do sufixo *-icus* (na forma feminina, *-ica*) que, na epigrafia do Ocidente peninsular, tem diversas formas alternativas: *-acus*, *-ecus*, *-eicus*, *-ocus* (Albertos, 1975, p. 21).

Dada a equivalência, solidamente atestada, do *-e-* e do *-i-* pré-tónicos (Guerra, 1998, p. 675), podemos perguntar-nos se *Lineaica* não teria, como formas alternativas, *Leneaica* e *Leniaica*. Assim, a *Iuno Lineaica* seria a divindade protectora de *Lennium* e este *castellum* corresponderia ao monte de S. Martinho.

A nossa proposta não será pacífica. Primeiro, porque o topónimo surge no *De bello Hispaniensi*, com *-nn-* e não com *-n-*. Poderá, todavia, não ser insustentável a hipótese de o texto latino documentar um fenómeno de assimilação, com *-nn-* correspondendo a um original pré-romano *-nt-* ou *-nd-*, como em *Arandis/Aranni* (Guerra, 1998, p. 678). Neste caso, a leitura *Linteicae* seria possível. Segundo, porque de *Lennium*, pela adjunção do sufixo *-icus* (na sua forma feminina *-ica*), derivaria *Lennioica* e não *Lenniaica*. Teríamos de admitir a equivalência *a/o*. A ocorrência de *Ocelaicus* e *Ocelaica* como epítetos derivados de *Ocelum* (Garcia, 1991, p. 285; Albertos, 1985) parece-nos, porém, tornar aceitável a nossa hipótese.

No monte de S. Martinho situa-se um povoado do Bronze Final e da Idade do Ferro (Vilaça, 1995, p. 80), pelo que, arqueologicamente, não há obstáculo à nossa proposta. Procedem daí outras inscrições (Garcia e Leitão, 1982).

Sem incidência (pelo menos directa) no problema da localização de *Lennium*, diremos que nos parece estranha, no texto acima transcrito, a qualificação de *Caecilius Niger* como *homo barbarus*. O gentílico *Caecilius* era o de uma família das mais ilustres de Roma. Se bem que o adjetivo *barbarus*, para além de se aplicar ao “estrangeiro”, designe também o “homem pouco educado e pouco culto” (Chicco e Ferrari, 1913, s. v. *barbarus*; Merguet, 1963, s. v. *barbarus*), não estará aqui aplicado, num contexto de ódio e luta política, para denegrir o adversário? Não seria *Caecilius Niger*, afinal, um ilustre romano, pertencente a família que poderia ter-se estabelecido na Beira Interior no tempo de Q. Cecílio Metelo Pio, opositor de Sertório?

À família *Caecilia* poderá ter pertencido a grande *villa* cujas ruínas subsistem na famosa Torre de Centum Celas (Belmonte). Com efeito, no decurso de escavações aí efectuadas por Helena Frade, encontrou-se uma ara cuja leitura, pondo numerosos problemas, é todavia inequívoca quanto ao facto de um *Caecilius* ter sido o dedicante (Ribeiro, 2002, p. 467).

6. O topónimo *Balatoceleum*

No lugar de Mosteiros, na freguesia de Santo Estêvão do concelho do Sabugal, encontrou-se a seguinte inscrição:

CVMELIVS / COROBVLTII / F(*ilius*) / CVLARNI / FECIT / DE / BALAT / VCELO / NAT(*ione*)

A leitura, feita por Fernando Curado (1984), não é posta em causa por Amílcar Guerra (1998, p. 147), que todavia observa, quanto à forma *Cularni*: “será um genitivo do singular, concordante com o nome do pai ou um nom. pl. respeitante tanto ao pai como ao filho?”

Nenhuma das hipóteses de Amílcar Guerra nos parece inteiramente convincente. Com efeito, parece estranho que *Cumelius* tenha mencionado a *origo* do pai e não a sua própria. Será que o pai tinha imigrado, vindo da *civitas* dos *Cularni*, para a área do Sabugal, e que o filho, *Cumelius*, tinha já nascido na área e no eventual *vicus* donde procede a inscrição? Mesmo nessa hipótese,

não é muito credível que *Cumelius* tivesse indicado a *origo* do pai, se bem que tal não seja, em absoluto, rejeitável. Por outro lado, *Cularni* como nominativo do plural, reportando-se simultaneamente ao pai e ao filho, só faria sentido se houvesse dois sujeitos. Ora, quer porque não parece faltar nenhuma linha à inscrição, quer porque o verbo se encontra no singular, *Cumelius* parece ter sido o único “autor”.

Apresentando reservas às hipóteses de Amílcar Guerra, confessamos não ter melhor proposta. O texto é, seguramente, singular. Se *Cularni* é, como parece, um etnónimo, e se *de Balatucelo nat(ione)* se reporta a um etnónimo menor integrado no anterior, a ordem *Cularni, de Balatucelo nat(ione), fecit* seria a mais correcta. No caso, anteriormente admitido, de *Corobultus*, o pai, ser um *Cularnus*, imigrante na área do actual concelho do Sabugal, e *Cumelius*, o filho, ter já nascido nesta última área, num *castellum* ou *vicus Balatucelum*, a expressão *Cumelius, Corobulti f(ilius), Cularni, de Balatucelo nat(ione), fecit*, com o genitivo *Cularni* referido apenas a *Corobultus*, sendo sintacticamente correcta, prestar-se-ia a confusão, por poder entender-se que *Balatocelum* era a *origo* do pai, quando ela era, afinal, a do filho. A forma do texto, aparentemente menos correcta, teria sido adoptada para evitar qualquer equívoco e a interpretação de Amílcar Guerra, fazendo de *Cularni* um genitivo concordante com o nome do pai, seria afinal, a mais adequada.

Amílcar Guerra (1998, p. 405) identifica os *Cularni* desta inscrição com os *Colarni* de Plínio, IV, 35, 118 e com os *Colarni* da inscrição da ponte de Alcântara, *CIL* II 760, bem como com os *Coila[r](ni)* do marco de Goujoim (*HEp* 1, 694; Le Roux, 1994, p. 40-41, 50; Guerra, 1998, p. 116).

Se semelhante identificação pode, em termos linguísticos, ser credível, continuamos a pensar que os *Coilarni*, situados na área de Lamego, eram um *populus*/uma *civitas* diferente da *civitas* dos *Coilarni* de Plínio. Ficariam estes no Alentejo, com capital na cidade de *Colarnum*, referida por Ptolemeu, II, 5, 6, enquanto os *Coilarni* teriam *Lamecum* como lugar central (Alarcão, 2000, p. 166).

Os *Cularni* da inscrição de Mosteiros corresponderiam aos *Coilarni* de *Lamecum*. Aliás, ao publicar a inscrição, Fernando Curado (1984) chamou logo a atenção para o nome *Cumelius* também presente numa inscrição hoje no museu de Lamego e que, sendo de proveniência desconhecida, veio, muito provavelmente, da região.

É possível, como dissemos, que a fórmula *de Balatucelo nat(ione)* se reporte a um *castellum* ou *vicus Balatucelum* ou *Balatocelum*. De *Balatucelum* poderia formar-se o nome *Balatuceli* para designar os seus habitantes e, através do sufixo *-nus*, na sua forma feminina, *Balatucelona* para designar *natio*. Deveremos restituir, na inscrição, *de Balatucelo(na) nat(io)*?

A existência, em Couto de Argeriz (Valpaços), de uma inscrição dedicada *Laribus Cusic[e]lens[i]bus* (*CIL* II 2469; Encarnação, 1975, p. 212; Rodríguez Colmenero, 1997, p. 164-165), faz-nos supor um topónimo *Cusicelum*, que poderia ter as variantes *Cusucelum* e *Cusocelum* (Albertos, 1985, p. 472). Do mesmo modo, *Balatucelum* poderia ter, como variantes, *Balaticelum* e *Balatocelum*.

Sem nos querermos pronunciar sobre o sentido de *Balatucelum* (vid. todavia Prósper, 2002, p. 112-113), diremos que, na freguesia de Penedono, do mesmo concelho de Penedono, existe um microtopónimo Baticela que, não figurando na carta de Portugal na escala 1:25000, se encontra todavia no livro antigo de matrizes prediais daquela freguesia (comunicação de Margarida Donas Botto). De *Balaticelum*, pela síncope de *-l* intervocálico (Nunes, 1989, p. 108; Maia, 1997, p. 568), poderia ter-se formado *Baaticele*; o hiato, não etimológico, das duas vogais *-aa-*, resolvido por crase (Maia, 1997, p. 570, n. 1), teria dado origem a *Baticelo*. Mas como explicar que esta forma masculina tenha dado origem à actual forma *Baticela*? Será que a hipotética forma *natio Balatucelo(na)*, proposta atrás, teria uma variante *natio Balatucela*? Seria *Balatucela* um corónimo?

Acrescentaremos, porém, que o concelho de Penedono, onde se verifica a existência do topónimo Baticela, nos parece integrável no *territorium* da *civitas* romana dos *Arabrigenses*, contíguos aos *Coilarni*, e não da *civitas* destes últimos. E não deixaremos de chamar a atenção para a etimologia que Almeida Fernandes (1999) propõe para os topónimos *Botecela* e *Batigelas*.

A inscrição de que nos ocupamos encontra-se gravada num grande bloco que apresenta, noutra face, outra inscrição, também publicada por Fernando Curado (1984). Desta outra, infelizmente, pouco se pode ler, porque o bloco foi partido e falta a parte esquerda dele. É o seguinte o que se pode ler: [...]S. DAE / [...]CIVS. / [...]SALAC. / [...]S.

Em [...]SALAC. não deverá supor-se o nome de uns *vicani* [...]SALAC(*enses*), consagrantes de monumento honorífico (ou votivo?), tanto mais que no lugar de Santo Estêvão se deve supor um *vicus* romano (Silva, 2000, p. 74-75) e que o lugar de Mosteiros fica a curta distância?

Regressando à inscrição *Cumelius, Corobulti f(i)lius, Cularni, fecit, de Balatucelo nat(ione)*, diremos que ela, pela sua estrutura, nos dá ideia de corresponder à “assinatura” do lapicida que terá gravado, na face principal do monumento, a outra inscrição. Por outras palavras: uns *vicani* [...]salac(*enses*) terão consagrado um monumento epigráfico de cuja execução *Cumelius* foi encarregado; na face lateral do monumento, *Cumelius* terá registado a autoria da gravação. Em alternativa, poderemos pensar que o bloco epigráfico integrava um monumento doutra natureza, ou seria o pedestal de uma estátua, e que *Cumelius* teria sido o autor desse monumento ou dessa escultura.

Contra esta interpretação, pode objectar-se que, paleograficamente diferentes, as inscrições foram gravadas em duas épocas, como sugere Fernando Curado: uma, nos inícios do século II; a outra, a de *Cumelius*, nos fins do mesmo século ou nos inícios do III. Mas poderemos estar seguros destas cronologias? Não serão contemporâneas as duas inscrições? As diferenças paleográficas não sublinhariam apenas a diferente natureza dos textos, um, consagrativo e outro, correspondente à declaração de autoria?

No lugar de Mosteiros, de onde provém a inscrição, o achado, todavia não confirmado, de colunas (Silva, 2000, II, p. 14) confere alguma verosimilhança à hipótese de ter aí havido um monumento (templo?).

Não parece ser mais do que coincidência que as letras ALAC de [...]SALAC se repitam na ara a *Vordo* ou *Vordio Talaconio* achada em Sortelha e consagrada por um *M(arcus) C(ornelius) O(?)* ou *M(arcus) C(aecilius) O(ptatus)* (Osório, 1999). Dado não se conhecerem outros achados romanos em Sortelha, onde a ara se encontrou (reutilizada no muro do adro da igreja de Nossa Senhora das Neves), é possível que a pedra tenha sido trazida doutro sítio: o lugar de Mosteiros é uma possibilidade. O epíteto *Talaconius* poderá derivar de um topónimo *Talaconium* ou *Talacum*? As leituras de Fernando Curado para a inscrição de Mosteiros e de Marcos Osório para a de Sortelha afiguram-se-nos, porém, indiscutíveis.

Porque a inscrição na face principal do monumento de Mosteiros, pela sua incompletude, pode consentir múltiplas interpretações (sem que nenhuma delas se possa verificar), não deixaremos de recordar ainda uma inscrição funerária de Vila Boa, localidade do mesmo concelho do Sabugal, se bem que a 13 km de distância de Mosteiros, inscrita num bloco de 172 cm de altura (enquanto o de Mosteiros tem 102 cm). Nesta de Vila Boa, dedicada a um *C(aius) Tatu-cius* ou *Tapucius*, o lapicida também “assinou” o seu trabalho, através da fórmula *Tanginus, Duati f(i)lius feicit* (sic) (Curado, 1988). Corresponderá o monumento de Mosteiros, afinal, a uma lápide funerária?

Não parece ou, pelo menos, não se nos afigura fácil imaginar, a partir das letras subsistentes, um texto funerário. Poderíamos admitir, numa inscrição votiva, um [...]cius como dedicante,

o qual, [*ex voto*] [...] *Salac* [...] ou na qualidade de [*magister*] [...] *Salac* [...], teria consagrado o monumento, usando, no final *S[acravit]*. Mas em tal hipótese, a que divindade(s) teria sido consagrado o monumento? Se em [...]S. DAE[...] se oculta, em dativo, o teónimo, as possibilidades de *Diis*, *Laribus*, *Nymphis* não só não são muito convincentes como se não nos oferece restituição para DAE[...]. Além disso, a hipótese de o sítio de Santo Estêvão se chamar *Talaconium* e de ter vindo daí a ara de Sortelha é incompatível com a ideia de o monumento de Mosteiros ter sido consagrado por uns *vicani* [...] *Salac*[...].

A inscrição de Mosteiros põe problemas, pelo menos neste momento, insolúveis.

Agradecimentos

Agradecemos à Prof. Doutora Maria Helena da Rocha Pereira e aos Profs. Doutores Sebastião Tavares de Pinho, Dieter Kremer e José A. Correa os esclarecimentos que nos prestaram. Os erros e as insuficiências das nossas notas são, porém, de nossa exclusiva responsabilidade.

Ao Dr. José Luís Madeira devemos a preparação dos mapas que ajudam a leitura do nosso texto.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. de (1988) - *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. de (2000) - Os nomes de algumas povoações romanas da parte portuguesa da Lusitânia. In GORGES, J.-G.; NOGALES BASARRATE, T., eds. - *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 165-172.
- ALARCÃO, J. de (2001) - As paróquias suélicas do território actualmente português. In VILLAR, F.; FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, M. P., eds. - *Religión, lengua y cultura prerromanas de Hispania*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 29-59.
- ALBERTOS, M.^a de L. (1975) - *Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua*. Santiago de Compostela-Valladolid: Universidad.
- ALBERTOS, M.^a de L. (1985) - A propósito de algumas divindades lusitanas. In *Symbolae Ludovico Mitxelena Septuagenario Oblatae*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco, p. 469-474.
- ALBERTOS, M.^a de L. (1990) - Los topónimos en *-briga* en Hispania. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz. 7, p. 131-146.
- ALMEIDA, C. A. B. de (1996) - *Povoamento romano do litoral minhoto entre o Cávado e o Minho*. Porto: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto).
- ALMEIDA, C. A. B. de; FERNANDES, F. R. C. (2001) - *Carta arqueológica do concelho de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal.
- ALMEIDA, C. A. F. de (1992) - Castelos medievais do Noroeste de Portugal. In ACUÑA CASTROVIEJO, F., ed. - *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*. Santiago de Compostela: Universidad, p. 371-385.
- ALMEIDA, F. de (1953) - *Terminus augustalis entre Talabriga e Langobriga*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II. 2, p. 209-212.
- ALMEIDA, F. de (1956) - Marcos miliários da via romana *Aeminium-Cale*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II. 3, p. 111-116.
- ALMEIDA, F. de; PAIXÃO, J. C.; PAIXÃO, A. C. (1978) - Monumentos arqueológicos e visigóticos de Arranas (S. João dos Azinhais, Torrão, Alcácer do Sal). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 215-221.
- ALONSO-NÚÑEZ, J. M. (1979) - Les informations de Posidonius sur la Péninsule Ibérique. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles. 48, p. 639-646.
- ALONSO-NÚÑEZ, J. M. (1980) - Les renseignements sur la Péninsule Ibérique d'Artemidore d'Éphèse. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles. 49, p. 255-259.
- AREDE, J. D. (1944) - Identificação do rio Antuã e do seu afluente rio Ul. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. 10, p. 269-294.
- BARROCA, M. J. (1999) - *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- BARTOCCINI, R. (1958) - *Il porto romano di Leptis Magna*. Roma: Centro di Studi per la Storia dell'Architettura.
- BERGGREN, J. L.; JONES, A. (2000) - *Ptolemy's Geography. An annotated translation of the theoretical chapters*. Princeton-Oxford: Princeton University Press.

- BORGES, S. (2000) - Contributo para o estudo das vias romanas no concelho de Oliveira de Frades. *Al-madan*. Almada. 2ª Série. 9, p. 48-54.
- CARDOSO, L. (1747) - *Diccionario Geografico*. I. Lisboa: Regia Officina Sylviana.
- CARVALHO, H. P. A. de (1991-1992) - Esculturas inéditas de época romana encontradas em Portugal. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II, 8-9, p. 143-158.
- CARVALHO, P. (1986) - Árvula votiva de Aguada de Cima. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 16, n.º 70.
- CHICCO, M.; FERRARI, G. (1913) - *Dizionario Cesariano*. Turim: Ermanno Loescher.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997) - *Aquae Flaviae. I. Fontes Epigráficas da Gallaecia meridional interior* (2ª edição). Chaves: Câmara Municipal.
- CORREA, J. A. (1982) - Singularidad del letreiro indígena de las monedas de Salacia (A. 103). *Numisma*. Madrid. 177-179, p. 69-74.
- COSTA, A. de J. da (1959) - *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*. I e II. Coimbra: Faculdade de Letras.
- COSTA, M. G. da (1979) - *História do bispado e cidade de Lamego. II. Idade Média: paróquias e conventos*. Lamego.
- CURADO, F. P. (1984) - Cipo proveniente de S. Estêvão, Sabugal. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 7, n.º 29.
- CURADO, F. P. (1988) - Estelas funerárias de Vila Boa (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 27, n.º 123.
- CURADO, F. P. (1988-1994) - A propósito de *Conimbriga* e *Coniumbriga*. *Gaya*. Vila Nova de Gaia. 6, p. 213-234.
- DAVID, P. (1947) - *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècles*. Lisboa: Portugália Editora; Paris: Les Belles Lettres.
- DI VITA, A.; DI VITA-EVRARD, G.; BACCHIELLI, L. (1999) - *La Libia Antigua. Ciudades perdidas del Imperio Romano*. Köln: Koenemann.
- DIOGO, A. M. D.; COSTA, J. M. (1996) - Elementos sobre a produção de ânforas e transformação piscícola em Sines durante a época romana. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado)*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal. Publicações D. Quixote, p. 107-110.
- DMP, DP: *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares*. III. Lisboa, 1940. IV. Lisboa, 1980. Academia Portuguesa de História.
- DMP, DR: *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*. vol. I. tomo II. Lisboa, 1962. Academia Portuguesa de História.
- DURAND, R. (1971) - *Le cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII^e siècles)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1996) - Monumentos epigráficos romanos do Museu de Sines. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 51, n.ºs 230-232.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y.; MAYET, F. (1994) - *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (2002) - *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- FARIA, A. M. de (1989a) - Sobre a presença romana no actual território português. Apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 53-69.
- FARIA, A. M. de (1989b) - A numária de **Cantnipo*. *Conimbriga*. Coimbra. 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca*. Aljustrel. 1, p. 39-48.
- FERNANDES, A. de A. (1997) - *Paróquias suévicas e dioceses visigóticas*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense/Câmara Municipal.
- FERNANDES, A. de A. (1999) - *Toponímia portuguesa (Exame a um dicionário)*. Arouca: Associação para a Defesa da Cultura Arouquense.
- FERNANDES, L. da S. (2002) - *Cornelius Bocchus, auctor Lusitanus e notável de Salacia?*. In *De Augusto a Adriano. Actas do Colóquio de Literatura Latina*. Lisboa: Faculdade de Letras, p. 155-171.
- FERREIRA, F. B. (1959) - *Ab Olisipone Salaciam*. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 3ª Série. 3, p. 168-195.
- FERREIRA, C. J. [et al.] (1993) - *Património arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.
- FIGUEIREDO, A. M. de (1896) - Informações archeologicas colhidas no 'Diccionario Geographico' de Cardoso. *O Archeologo Português*. Lisboa. II, p. 162-165.
- FIGUEIREDO, B. de (1885) - *Oppida restituta*. As cidades mortas de Portugal. *Vacua. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 5ª Série. 10, p. 347-350.
- FIGUEIREDO, M. de (1953) - Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras. *Beira Alta*. Viseu. 12:1, p. 27-63.
- FREITAS, C.; ANDRADE, C. (1998) - Evolução do litoral português nos últimos 5000 anos. *Al-madan*. Almada. 2ª Série. 7, p. 64-70.
- GARCIA, J. M. (1984) - *Epigrafia lusitano-romana do Museu Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Tavares Proença Júnior.
- GARCIA, J. M. (1991) - *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite Vasconcelos*. Fontes epigráficas. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCIA, J. M.; LEITÃO, M. (1982) - *Inscrições romanas no Monte de S. Martinho - Castelo Branco*. Castelo Branco: Centro de Estudos Epigráficos da Beira.
- GARCÍA RODRÍGUEZ, C. (1966) - *El culto de los santos en la España romana y visigoda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

- GUERRA, A. M. R. (1998) - *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Lisboa: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa).
- GUIA, A. B. da (1984) - *Os oito concelhos de Moimenta da Beira*. Moimenta da Beira: Câmara Municipal.
- HESÍQUIO - *Hesychii Alexandrini Lexicon, recensuit et emendavit Kurt LATTE*. Haunia: Ejnar Munksgaard Editore, 1966.
- HIPÓLITO, M. de C. (1960-1961) - Dos tesouros de moedas romanas em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. 2-3, p. 1-166.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- JESUS, J. (1949) - Uma ara votiva, consagrada a Júpiter, na igreja de S. Gonçalo do Bairral (arredores de Lamego). *Mvsev*. Porto. 5:12, p. 110-116.
- JONES, H. L. (1960) - *The Geography of Strabo*. London-Cambridge, MA: Harvard University Press.
- LASSERRE, F. (1966) - *STRABON, Géographie*. Tome II (Livres III-IV). Paris: Les Belles Lettres.
- LATTE, K. (1966) - *vid.* HESÍQUIO.
- LE ROUX, P. (1994) - Cités et territoires. L'épigraphie des limites. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Madrid. 30, p. 37-51.
- LOPES, L. S. (1995) - Talábriga: situação e limites aproximados. *Portugalia*. Porto. Nova série. 16, p. 331-343.
- LOPES, L. S. (1995-1997) - Itinerários da estrada Olisipo-Bracara: contributo para o estudo da Hispânia de Ptolemeu. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 13-15, p. 313-346.
- LOPES, L. S. (1997) - *Correcções ao Itinerário de Antonino entre Olisipo e Bracara Augusta*. S. João da Azenha: Edição do autor.
- LOPES, L. S. (2000a) - A estrada Emínio-Talábriga-Cale. Relações com a geografia e o povoamento de entre Douro e Mondego. *Conimbriga*. Coimbra. 39, p. 191-258.
- LOPES, L. S. (2000b) - Tentativa de sistematização da historiografia de Talábriga. *Al-madan*. Almada. 2ª série. 9, p. 28-38.
- LÓPEZ FERREIRO, A. (1899) - *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago*. II. Santiago de Compostela.
- LUZÓN, J. M. (1975) - Antigüedades romanas en la provincia de Huelva. In - *Huelva, Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional, p. 271-320.
- L. P. = Livro Preto da Sé de Coimbra*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade, 1999.
- MAIA, C. de A. (1997) - *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- MANTAS, V. G. (1996a) - *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*. Coimbra: Universidade (Tese de doutoramento, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- MANTAS, V. G. (1996b) - Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e do Sado. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado)*. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal. Publicações D. Quixote, p. 343-369.
- MARQUES, J. A. M. (1989) - Escavações no castro de Ul (Oliveira de Azeméis). Primeira notícia. *Revista de Ciências Históricas*. Porto. 4, p. 65-89.
- MAYET, F.; SCHMITT, A.; SILVA, C. T. da (1996) - *Les amphores du Sado (Portugal)*. Paris: De Boccard.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. da (2002) - *L'atelier d'amphores d'Abul (Portugal)*, Paris: De Boccard.
- MERGUET, H. (1963) - *Lexikon zu den Schriften Cäsars und seiner Fortsetzer*. Hildesheim: Olms.
- MOREIRA, V. (1929) - *Terras da Beira. Cernancelhe e seu alfoz*. Porto: O Comércio do Porto.
- NASCIMENTO, A. A. do (1998) - *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Edições Colibri.
- NUNES, J. J. (1989) - *Compêndio de Gramática Histórica portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Clássica Editora (reedição da obra publicada em 1919).
- OLIVEIRA, M. de (1956) - Territórios diocesanos. *Lusitânia Sacra*. Lisboa. 1, p. 29-50.
- OSÓRIO, M. (1999) - Ara a *Vordio Talaconio* de Sortelha (Sabugal). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61, n.º 276.
- PEREIRA, F. A. (1907) - Geografia proto-histórica da Lusitânia. Situação conjectural de Talábriga. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 12, p. 129-158.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) - *Lusitania. Historia y Etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- PMH, DC. - Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 1867-1873.
- PRÓSPER, B. M. (2002) - *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- QUET, M.-H. (1984) - Pharus. *Mélanges de l'École Française de Rome. Antiquité*. Rome. 96:2, p. 789-845.
- REAL, M. L. (1995) - Inovação e resistência: dados recentes sobre a Antiguidade cristã no Ocidente peninsular. In *IV Reunião d'Arqueologia cristiana hispânica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, p. 17-68.
- REAL, M. L. (2000) - Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe. In CABALLERO, L.; MATEOS, P., eds. - *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la Antigüedad tardía y la Alta Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 21-75.
- RIBEIRO, J. C., ed. (2002) - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- RODRIGUES, A. V. (1979) - *Celorigo da Beira e Linhares. Monografia histórica e artística*. Celorigo da Beira: Câmara Municipal.

- SAA, M. (1963) - *As grandes vias da Lusitânia*. IV. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- SARRAZOLA, A. [et al.] (2001) - Intervenções arqueológicas na Marinha Baixa (Cacia/Aveiro). *Era-Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 24-40.
- SARRAZOLA, A. (2003) - Tentativa de enquadramento histórico dos contextos de abandono da Marinha Baixa/Torre (Cacia, Aveiro) - sécs. V-VI. *Era-Arqueologia*. Lisboa. 5, p. 150-163.
- SCHULTEN, A. (1963) - *Geografía y Etnografía antiguas de la Península Ibérica*. II. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- SILVA, A. M. S. P. (1994) - *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga litoral*. Porto: Universidade (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras do Porto).
- SILVA, A. M. S. P.; TEIXEIRA, F. (1994) - Achados numismáticos romanos dos castros de Ossela e de Ul (Oliveira de Azeméis - Aveiro). *Ul-Vária*. Oliveira de Azeméis. 1:1-2, p. 59-82.
- SILVA, A. C. F. da (1985) - Novos dados sobre a organização social castreja. In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 201-224.
- SILVA, C. T. da; SOARES, J. (1986) - *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- SILVA, M. D. O. da (2000) - *O povoamento romano do Alto Côa*. Coimbra: Universidade (Tese de mestrado, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra).
- SOARES, J. (2000) - Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições. In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 101-130.
- SOLIN, H.; SALOMIES, O. (1994) - *Repertorium nominum gentilium et cognominum Latinorum*. Hildesheim/Zürich/New York: Olms-Weidmann.
- TIR, J-29 - *Tabula Imperii Romani, Hoja J-29: Lisboa*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 1995.
- TOVAR, A. (1976) - *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil. Die Völker und die Städte des antiken Hispanien. Band 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner.
- VAZ, J. L. I. (1978) - *Epigrafia romana da Assembleia Distrital de Viseu*. Viseu: Governo Civil.
- VAZ, J. L. I. (1979) - Término augustal de Goujoim (Armamar). *Conimbriga*. Coimbra. 18, p. 133-138.
- VAZ, J. L. I. (1982a) - Primeira campanha de escavações em Cristelo da Branca. *Boletim da ADERAV* (Associação de Defesa do Património da Região de Aveiro). 6, p. 26-30 e 7: 2-14.
- VAZ, J. L. I. (1982b) - A estrada do bispo Alves Martins. Velha estrada romana?. *Beira Alta*. Viseu. 41:4, p. 78-87.
- VAZ, J. L. I. (1982c) - Inscrições romanas de Balsemão (Lamego). *Beira Alta*. Viseu. 41:1, p. 259-267.
- VAZ, J. L. I. (1983) - Escavações no Cristelo da Branca - Breves notas. *Munda*. Coimbra. 5, p. 32-38.
- VAZ, J. L. I. (1997) - *A civitas de Viseu. Espaço e sociedade*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- VILAÇA, R. (1995) - *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- VILLAR, F. (2000) - *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad.
- WAY, A. G. (1978) - *CAESAR, Alexandrian, Spanish and African wars*. Londres/Heinemann (Loeb Classical Library).